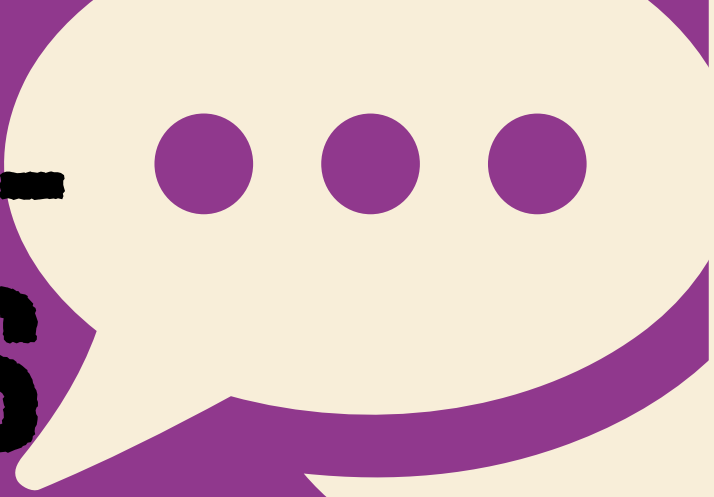


ENTRE- VISTAS



ALDEAR A CIDADE: A PERSPECTIVA DE ANA PANKARARU PARA UMA ARQUITETURA DO DIÁLOGO E DA VIDA

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1660

Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.



Ana Ferreira Pankararu

Indígena Pankararu e presidente do Instituto Oca Flor & Ser – Lugares de Saberes Ancestrais



por: Riciane Pombo

O ENCONTRO ENTRE A ANCESTRALIDADE E A PRÁTICA PROFISSIONAL

A trajetória de Ana Pankararu na arquitetura é uma potente narrativa de ruptura e tecitura de pertencimento. Arquiteta indígena, Ana vivenciou durante oito anos o mercado de trabalho convencional, um ambiente onde o fazer arquitetônico é reduzido a métricas, orçamentos e uma relação utilitarista com o cliente. Em um diálogo sensível com a Guajava Arquitetura da Paisagem e Urbanismo,

ela revela como essa prática — que chama de “arquitetura do adoecimento” — a levou a um estado de depressão profunda. Foi através do letramento étnico-racial que Ana compreendeu a raiz de seu desconforto: os espaços urbanos e os sistemas construtivos atuais foram desenhados por e para corpos dominantes, negligenciando fluxos vitais e a memória ancestral. Hoje, sua prática afasta-se do rigor técnico-projetual ocidental para se tornar um exercício de memória coletiva, buscando recuperar tecnologias de habitar que foram descontinuadas pela colonização.

REGISTRO DO DIÁLOGO

Riciane Pombo: Como tem sido a sua trajetória como mulher indígena e arquiteta? Quais são as principais dificuldades que você tem enfrentado na sua prática profissional?

Ana Pankararu: Eu me formei em arquitetura há oito anos e, no início, fui para o mercado de trabalho com aquela romantização da profissão: fazer projetos, orçamentos e lidar com clientes. Mas comecei a perceber que esse padrão ocidentalizado não me apetecia. Como mulher indígena, meu mundo foi atravessado pelo mundo ocidental; nossas tecnologias e modos de habitar a terra foram interrompidos, e eu precisei me refazer num mundo que não me pertencia. Essa atuação profissional convencional começou a me adoecer. Por meio do letramento étnico-racial, percebi que os espaços e o sistema foram criados para cor-

pos dominantes. Entendi que não quero ser uma “arquiteta projetual”, até porque a Terra já está muito construída. Hoje, o que orienta minha pesquisa é a pergunta: como seriam as cidades hoje se a arquitetura indígena tivesse sido continuada?

Riciane Pombo: Você mencionou uma preocupação com o modo como a arquitetura ocidental tem avançado sobre os territórios indígenas. Por que isso está acontecendo e como impacta as aldeias?

Ana Pankararu: A economia das aldeias tem mudado com a entrada de mais recursos e políticas públicas, e há uma influência midiática muito forte. A internet e a televisão replicam o tempo todo que o modelo ocidental é “bom” e “luxuoso”, o que transforma o imaginário das pessoas. Por falta de letramento sobre a materialidade dos próprios espaços tradicionais, há um distanciamento da nossa base an-



cestral em busca de referências de fora. É triste ver, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida construindo casas de 50 metros quadrados dentro da aldeia. São casas fechadas, que precisam de ar-condicionado, sem acessibilidade, que substituem nossas casas tradicionais, feitas com ventilação cruzada e varandas para nossas redes. Ouvi um morador dizer que essa nova construção é que é a “casa boa”, o que mostra como os modelos externos são absorvidos como superiores.

Riciane Pombo: Diante dessa perda de referências e da imposição de modelos inadequados, o que a arquitetura pode trazer como solução, tanto para os povos indígenas quanto para a população urbana?

Ana Pankararu: Nós precisamos nos tornar a nossa própria referência. Eu chamo isso de “arquitetura do diálogo”. Não dá para demolir tudo e reconstruir, pois a quantidade de lixo gerada seria imensa, mas podemos construir juntos a partir da escuta atenta das neces-

sidades de quem vai habitar o espaço. É um trabalho de formiga, que começa pela educação e por, como diz Ailton Krenak, reflorestar o nosso imaginário com outras possibilidades (KRENAK, 2019). Precisamos resgatar o entendimento de que uma árvore e um rio também são vidas com direitos. Temos que compreender que não estamos dissociados do meio; se a natureza não existe, a nossa vida também não existe.

Riciane Pombo: Esse distanciamento da natureza gera um impacto direto na saúde e nos recursos naturais. Como você avalia a relação da arquitetura convencional com esses ciclos naturais?

A ARQUITETURA OCIDENTAL PRODUZ O QUE EU CHAMO DE UMA “CADEIA DE MORTE”



Ana Pankararu: Um exemplo muito claro é o rompimento do ciclo de saneamento: ao jogarmos nossos efluentes em estruturas de cimento, impedimos que a terra faça a decomposição natural daquela matéria orgânica, que antes gerava energia. Em vez disso, tentamos limpar esses banheiros de concreto usando produtos químicos, como cloro e água sanitária, que vão direto para as águas. Assim, nós nos intoxicamos e adoecemos os rios. A gente rompe com o ciclo da terra e produz morte de forma contínua, simplesmente pela falta de consciência sobre outras vidas e outros mundos dentro do nosso mundo.

Riciane Pombo: Em suas falas, você menciona muito o conceito de “aldear a cidade” como uma alternativa para os centros urbanos. O que isso significa na prática e como podemos superar o vazio das cidades modernas?

Ana Pankararu: O conceito de “aldear” é trazer

o ritmo, a alma e a saúde da aldeia para a cidade. Nas aldeias não existe essa correria constante; há tempo para o vínculo. As casas até podem ser distantes umas das outras, permeadas por natureza, mas as pessoas convivem de verdade. Já na cidade, vivemos em espaços amontoados, um vizinho encostado no outro, mas somos isolados em nossas bolhas, sem sequer nos falarmos. O antropólogo Marc Augé chama isso de “não lugares”: espaços onde todos estão reunidos fisicamente, mas estão vazios de alma e de relação (AUGÉ, 1994). Aldear a cidade significa recuperar a produção de vida e de afeto, transformando esses “não lugares” em espaços de encontro e convivência comunitária, como as ricas conversas que temos ao redor de um fogão a lenha.

Riciane Pombo: Como a arquitetura contemporânea tem contribuído para esse isolamento e para o que você chama de “não lugares”?

Ana Pankararu: A arquitetura se tornou muito responsável por esse afastamento ao focar na construção de muros em vez de pontes. Hoje, há um grande medo do outro; não nos reconhecemos mais como comuns, mas como inimigos dos quais precisamos nos proteger o tempo todo. Esse medo se reflete fisicamente: construímos muros até ao redor de áreas verdes e colocamos grades e guarda-corpos nos rios para proibir a aproximação. A ideia de que a natureza e o outro são ameaças fez com que nosso cérebro também construísse muros no imaginário. No fim, a própria arquitetura produz e reforça essa separatividade, como aborda Henri Lefebvre (2001) em sua crítica à fragmentação do espaço urbano moderno.

Riciane Pombo: Essa visão de separação afeta diretamente a nossa relação com o meio ambiente. Como você analisa o modo como a cidade enxerga a natureza hoje?

Ana Pankararu: O mundo ocidentalizado passou a enxergar a natureza apenas como um lugar de “servir”. Usamos termos como “recursos naturais” ou “serviços ecossistêmicos”, como se a Terra e as águas tivessem que se curvar e dizer “sim, senhores” ao ser humano. É uma visão puramente egóica: o ego se sobrepõe a tudo e o que não nos serve diretamente é tratado como ameaça e precisa ser afastado. Nós nos esquecemos de que a água

que usamos para nos limpar e beber vem desses mesmos rios que muramos.

Riciane Pombo: Você cita que essa arquitetura ocidental é contraditória e reforça dinâmicas de poder. Como essas desigualdades e o ego se manifestam nos espaços urbanos?

Ana Pankararu: A arquitetura ocidental legítima o poder e cria rupturas sociais absurdas. O indivíduo quer que sua moradia represente e legitime seu poder, então se muda para condomínios fechados, como Alphaville, onde a arquitetura é totalmente diferenciada. A contradição está em vermos o poder público, por exemplo, justificar a construção de um muro ao redor de um rio por questões de “segurança”, enquanto nas periferias as calçadas mal existem. Um idoso cai numa calçada esburacada na periferia porque não há acessibilidade, e isso gera um custo absurdo de saúde depois. O verdadeiro perigo não está lá na natureza, o perigo está nas inadequações da própria construção humana.

Riciane Pombo: Para concluir, como reverter essa “cadeia de morte” que você citou antes, e mudar o paradigma da nossa convivência com os ciclos naturais?

Ana Pankararu: Nós precisamos reconectar o fio que cortamos na nossa relação com a Terra. Nós complicamos tudo: ao invés de devolver nossos efluentes para a terra, onde ocorre a decomposição natural, jogamos em louças brancas e banheiros de cimento. Depois, tentamos limpar isso com produtos químicos fortíssimos, como o cloro, que matam, dão câncer e poluem os rios, e logo em seguida voltamos a beber dessa mesma água. Precisamos dar alguns passos para trás e retornar ao caminho da simplicidade, entendendo que precisamos dar espaço para a natureza fazer o trabalho que ela já sabe fazer. O objetivo final de tudo isso é, como dizemos na pesquisa, “permeabilizar o concreto”, não só o da cidade, mas também o das consciências, promovendo uma real mudança de paradigma, em diálogo com Milton Santos (2006) e sua compreensão crítica da relação entre técnica, espaço e sociedade.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

O PERIGO
não está na
natureza,
está nas
inadequações
da construção
humana

”